

O PAPEL DA EDUCAÇÃO E DO ENSINO DA FILOSOFIA NA CONCRETIZAÇÃO DA ESSÊNCIA LIVRE DO SER HUMANO EM HEGEL

Pedro Henrique Fontenele Teles¹

The role of education and philosophy classes for the concretization of the free essence of the human being in Hegel

Resumo:

As contribuições de Hegel para a História da Educação e da Pedagogia são inegáveis, não apenas no âmbito restrito da Filosofia, mas também para a Educação de modo geral. Em suas reflexões, o processo de ensino/aprendizagem ganha um sentido primordial, ligado à essência do ser humano, isto é, à liberdade. Diferentemente de outros animais, cuja essência instintiva já nasce pronta, a essência livre do ser humano precisa ser desenvolvida ao longo da vida, através da educação. Hegel pensa esse processo em várias dimensões, desde a educação estudantil, individual, professor-aluno, até a autoeducação coletiva, a educação de um povo. A filosofia exerce um papel-chave para todas essas dimensões, sendo o único ramo do conhecimento humano capaz de compreender o processo de formação educacional em toda a sua profundidade. Por isso, a Filosofia é a responsável por dirigir todos os outros saberes na tarefa fundamental da educação: superar a crudeza dos instintos e desenvolver a racionalidade humana, tornando o ser humano, assim, livre. Em suma, para Hegel, é a filosofia que nos faz compreender esse propósito libertador da educação.

Palavras-chave: Educação. Filosofia. Humanidade. Liberdade. História.

Abstract:

Hegel's contributions to education are historically very important. Not only in the narrow scope of philosophy, but for education in general. In his reflections, the teaching/learning process gains a primordial meaning, linked to the essence of the human being, that is, to freedom. Unlike other animals, whose instinctive essence is born ready, the free essence of the human being needs to be developed throughout life, through education. Hegel thinks of this process in several dimensions, from student, individual, teacher-student education, to collective self-education, the education of a people. Philosophy plays a key role in all these dimensions, being the only branch of human knowledge capable of understanding the process of educational formation in all its depth. Therefore, philosophy is responsible for directing all other knowledge in the fundamental task of education: overcoming the rawness of instincts and developing human rationality, thus making the human being free. To sum up, for Hegel, it is philosophy that makes us understand this liberating purpose of education, which makes its teaching indispensable not only for us as individuals, but also for all Humanity.

Keywords: Education. Philosophy. Humanity. Freedom. History.

1. Mestre em Filosofia Política pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor de Filosofia da Universidade Estadual do Ceará (UECE). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2681-5641>

1. INTRODUÇÃO

Durante o período em que Georg W. F. Hegel viveu (1770 – 1831), o papel da educação nos principais Estados Nacionais da Europa passava por grandes transformações. Com a influência do Iluminismo, o domínio da Igreja sobre as instituições de ensino perdeu força e a educação tornou-se uma atribuição do Estado. Para além da formação do clérigo e do aristocrata, a educação passava a servir à formação do cidadão, criando as bases para o ensino público e gratuito (ARANHA, 1996, p.178).

Diante disso, já na última fase da Modernidade, surgiu um grupo de filósofos de origem modesta que fez do ensino da filosofia seu principal meio de vida. Como funcionários do Estado, o ensinamento desses filósofos não se restringia a uma pequena elite de privilegiados, seu propósito era educar a população e formar uma nação instruída e civilizada² (CAMBI, 1999, p. 301). Essa nova perspectiva deu ao ensino da filosofia uma maior preocupação metodológica e sistemática, com o objetivo de torná-lo minimamente compreensível até mesmo para crianças nos primeiros anos da educação escolar.

Prússia e Áustria foram as precursoras na implementação desse modelo de ensino estatal (BITTAR, 2009, p. 51). Nesse contexto, Hegel pertenceu a um grupo pioneiro de filósofos educadores. Contrariando sua fama de pensador difícil e obscuro, Hegel possui textos, como os reunidos na obra *Propedêutica Filosófica*³, com versões de seu pensamento cuidadosamente adaptadas para crianças e jovens entre 11 e 14 anos, como a *Enciclopédia Filosófica para a Classe superior* (13 e 14 anos), a *Lógica para a classe média* (12 e 13 anos), e a *Doutrina do Direito, dos Deveres e da Religião para a Classe inferior* (11 e 12 anos).

Mesmo entre suas principais obras, como em *Linhas fundamentais da filosofia do direito* (1820) e a *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Compêndio* (1830), encontramos textos compostos a partir de notas de aula, complementados com comentários de seus alunos (os famosos adendos). Além disso, Hegel possui uma grande quantidade de obras escritas a partir de preleções elaboradas como cursos, ministrados na universidade onde lecionou, tais como: *Lições Sobre a Filosofia da Religião* (1832), *Lições Sobre a História da Filosofia* (1836), *Lições Sobre a Filosofia da História* (1837) e *Lições Sobre a Estética* (1838).

Refletindo sua obra, a vida de Hegel também foi dedicada ao ensino da filosofia, ofício no qual passou pelos mais variados cargos e postos, dos mais modestos aos mais prestigiados. Começou aos 23 anos (1793), como preceptor⁴. Em seguida, aos 31 anos (1801), teve sua primeira experiência como professor universitário, na Universidade de Jena, assumindo um cargo de Privatdozent⁵. Posteriormente, aos 38 anos (1808), trabalhou como professor de filosofia em uma escola, o Ginásio de Nuremberg⁶, ministrando aulas para alunos do Gymnasium⁷, o que seria hoje o Fundamental II. Posteriormente, chegou a assumir a posição de diretor (Rektor) nessa escola. Algum tempo depois, aos 46 anos (1816), voltou à carreira universitária, quando recebeu o convite para lecionar na Universidade de Heidelberg. Seus anos lá, contudo, duraram pouco. Subitamente, aos 46 anos (1818), recebeu o convite para assumir a prestigiada cátedra de filosofia na Universidade de Berlim, onde atingiu o ponto máximo de sua carreira, tornando-se reitor, aos 59 anos (1829). Morreu logo em seguida, aos 61 anos, em 1831.

Desse modo, galgando um a um todos os degraus que a carreira de educador possuía em sua época, Hegel demonstrou ter dedicado toda sua vida ao ensino da filosofia.

2. Essas transformações no ensino da filosofia estão situadas em um contexto histórico maior, o advento do que Foucault chamou de poder disciplinar e a disseminação das instituições disciplinares, incluindo a escola. (FOUCAULT, 2005)

3. A respeito desta obra, seu tradutor para o português, Artur Morão, escreveu: "Por um lado, situa-se no período da constituição do 'sistema' hegeliano (isto é, entre 1807 e 1817); por outro, é uma espécie de síntese e resumo, embora rudimentar, da filosofia de Hegel e, claro está, da sua autoria, no esforço sincero e empenhado de se ajustar às mentes jovens que, segundo ele, devem passar do concreto, do sensível, à abstração, à 'íntima noite da alma', ao universal que é a verdadeira expressão do Espírito." (HEGEL, 1989, pp. 9 e 10)

4. Os preceptores eram um tipo de professor particular, contratados para educar os filhos de famílias abastadas. Na prática, esses professores eram uma espécie de "criados de luxo", morando na propriedade da família onde trabalhavam.

5. Os professores nessa posição eram relativamente pouco prestigiados, não sendo remunerados pela universidade, mas apenas através de contribuições dos próprios alunos.

6. Conhecido como Aegydanum, esse foi o primeiro ginásio público humanista da Alemanha. Cf. notas de Marcos Lutz Müller em sua recente tradução da *Filosofia do Direito de Hegel* (HEGEL, 2022, p. 733p).

7. Durante o período em que trabalhou no Aegydanum, Hegel escreveu os textos que mais tarde foram reunidos e publicados postumamente sob o título de *Propedêutica Filosófica*, da qual fizemos referência a pouco.

2.FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para compreendermos o papel fundamental da educação e, sobretudo, do ensino da filosofia no desenvolvimento da essência livre do ser humano, precisamos esclarecer primeiramente como Hegel enxerga a própria humanidade. No sistema hegeliano, os aspectos antropológicos, fenomenológicos, psicológicos, jurídicos, morais, sociopolíticos, culturais, históricos, artísticas, religiosas e filosóficas do ser humano são articulados entre si em torno de uma categoria filosófica chamada de espírito⁸ (VAZ, 1991, p.117), cuja essência é a liberdade. Nas palavras de Hegel (2014, p. 54):

[...] a filosofia ensina-nos que todas as propriedades do espírito existem unicamente mediante a liberdade, que todas são apenas meios para a liberdade, que todas buscam e produzem somente a liberdade. É este um conhecimento da filosofia especulativa, a saber, que a liberdade é a única coisa verdadeira do espírito.

Em linhas gerais, educação é o desenvolvimento da essência do ser humano, que Hegel compreende como sendo a liberdade (NOVELLI, 2001). Essa noção de educação, contudo, levanta um questionamento importante. Se a liberdade é a essência do ser humano, por que é necessário desenvolvê-la? Em outras palavras, levando em conta que a essência humana é a liberdade, isso significa que o ser humano já nasce livre. Nesse sentido, se ele já é livre desde o nascimento, não caberia, então, ao ser humano apenas desfrutar de sua liberdade, exercendo-a sem a necessidade de desenvolvê-la? Não é tão simples. As questões envolvendo o ser humano são conhecidas por sua alta complexidade. A liberdade humana não poderia ser menos complexa.

Diferentemente dos animais, os seres humanos não nascem prontos. Por basear-se em instintos, a essência dos animais irracionais não precisa ser aprendida. Eles já nascem se comportando como membros de sua espécie. Um cachorro, por exemplo, já nasce com os comportamentos típicos de cachorro. Por outro lado, um bebê humano não nasce com comportamentos próprios

da essência humana, por exemplo, pensar, falar e agir racionalmente. Podemos assim observar que, ao nascer, o ser humano é incapaz de exercitar sua própria essência. Para fazê-lo, o ser humano precisa de educação. Por conta disso, antes de uma educação apropriada, o ser humano se comporta mais como um animal puramente instintivo do que propriamente como um ser humano racional.

Faz parte da essência livre do ser humano essa necessidade de formação. Nos primeiros estágios da vida, a liberdade humana é apenas uma potencialidade a ser desenvolvida. Para ilustrar essa característica humana, Hegel (1989, p. 342) utiliza a metáfora da semente e da árvore. A árvore já está presente na semente, mas como uma essência potencial que ainda precisa de cultivo para se concretizar. No desenvolvimento das plantas, o cultivo se faz com terra, água e luz solar. Já no desenvolvimento humano, o cultivo se faz com educação. Não é por acaso que o local onde é realizada a educação infantil seja conhecido como "jardim de infância"⁹.

Tendo compreendido a educação como o desenvolvimento da liberdade humana, precisamos agora esclarecer a noção hegeliana de liberdade. Enquanto essência humana, a liberdade em Hegel (1995, p.78, §24) está intimamente relacionada com a noção de autonomia. Nesse contexto, autonomia significa a não dependência do ser humano em relação a algum outro, isto é, a algo que está fora dele e que lhe é estranho. Diante dessa noção, qual seria o outro da humanidade? O que está fora do ser humano? O que lhe é estranho?

O ser humano se afirma como humano justamente quando se contrapõe à natureza, enquanto uma "antítese do mundo natural" (HEGEL, 2014, p. 49). Entre natureza e espírito humano há uma oposição fundamental. Na natureza, o tempo é cíclico, baseado em repetição. Não há desenvolvimento efetivo, mas apenas uma eterna alternância entre dias e noites, estações do ano, fases da lua, vida e morte etc. Em contrapartida, o espírito humano tem como uma de suas principais características o constante processo de desenvolvimento (MARCUSE,

8. Hegel aborda todos esses aspectos do ser humano no terceiro volume da sua obra Enciclopédia das Ciências Filosóficas, chamado de Filosofia do Espírito. Os aspectos antropológicos, fenomenológicos e psicológicos são desenvolvidos na seção Espírito Subjetivo, enquanto os aspectos jurídicos, morais, sociopolíticos, culturais e históricos são tratados na seção Espírito Objetivo e, finalmente, os aspectos artísticas, religiosas e filosóficas são abordados na seção Espírito Absoluto (HEGEL, 1995b).

9. O conceito de "jardim de infância" (Kindergarten) foi criado por um alemão, Friedrich Fröbel (1782-1852), com a ideia de que, assim como as plantas cultivadas em um jardim, as crianças deveriam ter um espaço onde pudessem receber a atenção e os cuidados exigidos para o seu pleno crescimento e amadurecimento. (Puckett, Margaret B.; Diffily, Deborah, 2004)

1978, p. 219). Desse modo, a natureza é o outro do ser humano. Não apenas enquanto mundo exterior, onde o ser humano precisa se aventurar na luta pela sobrevivência, mas também como o reino dos instintos, típicos da essência dos animais irracionais e estranha à racionalidade humana. Apesar de o ser humano também possuir instintos, o que o diferencia dos animais irracionais é justamente a superação dos instintos a partir de sua racionalidade.

Todos os instintos, desejos, paixões e inclinação, desde os mais básicos, como a necessidade de comer, beber e se reproduzir, até os mais ambiciosos, como o desejo de acumular riqueza, poder e influência, são causados direta ou indiretamente pela dependência que o ser humano tem da natureza. Todos retiram a autonomia do ser humano, forçando-o a sair de si para buscar algo fora, no seu outro, em território hostil e estranho a sua racionalidade, ou seja, no mundo natural.

Além disso, por serem individuais, as necessidades naturais concentram a atenção dos seres humanos apenas em si mesmos, enquanto indivíduos, levando-os a um comportamento egoísta. Limitados a interesses individualistas, os seres humanos se excluem mutuamente, comportando-se como estranhos uns para os outros. Os recursos naturais são finitos, escassos, e o seu querer é excludente. Quando muitos querem o mesmo bem material, temos o cenário típico da luta de todos contra todos, a selvageria do estado de natureza. Nesse contexto, a natureza não é o único outro do ser humano, ou seja, ela não é a única a limitá-lo. Os próprios seres humanos se limitam entre si, enxergando-se cada qual como um outro, enquanto opositores que representam uma ameaça, um inimigo, fonte de medo e de ódio.

É nessas circunstâncias que se dão todas as limitações à liberdade humana, tais como a violência, a crueldade, a perversidade, a corrupção, a barbárie, em suma, tudo o que filosofia ética e moral reúne em torno da noção de "mau". Tais comportamentos são incompatíveis não apenas com a formação moral e intelectual dos indivíduos, mas também com a constituição e perpetuação de um povo e, em última instância, com o desenvolvimento da própria humanidade.

Desse modo, a dependência da natureza, dos instintos, desejos, paixões e inclinação, como algo estranho e exterior ao ser humano, é o principal obstáculo para o desenvolvimento da liberdade. Poder-se-ia pensar,

então, erroneamente, que a liberdade do ser humano estaria na negação de suas carências naturais. Muitas culturas e religiões seguem essa linha de pensamento, através de práticas de ascetismo e de mortificação do corpo, como o jejum, o voto de pobreza e de castidade, a autoflagelação e a meditação.

Hegel (2010, p. 58, § 5), contudo, vai numa outra direção. Enquanto um ser formado pela união entre uma mente inteligível e um corpo sensível, a natureza faz parte do ser humano. Negá-la é algo impossível. Quando o ser humano simplesmente nega suas necessidades biológicas, elas não deixam de existir. Pelo contrário, elas se mantêm como uma forte oposição limitadora da liberdade humana, atuando de modo debilitante e perturbador. Por conta disso, a exclusão total por parte do ser humano de todo o mundo exterior, numa atitude de recolhimento à própria interioridade, não é nada além do que uma forma a mais de limitação. Mas como, afinal, o ser humano pode superar a limitação da sua liberdade? Vamos esclarecer essa questão, analisando a definição de liberdade nas palavras do próprio Hegel (1995, p.78, §24):

"[...] a liberdade é justamente isto: estar junto de si mesmo no seu Outro; depender de si, ser o determinante de si mesmo. Em todos os impulsos, eu parto de um Outro, de uma coisa que para mim é algo exterior. Aqui então falamos de dependência. Liberdade só existe ali onde para mim não há nenhum Outro que não seja eu mesmo. O homem natural, que só é determinado por seus impulsos, não está junto de si: por mais caprichoso que seja, o conteúdo do seu querer e de seu opinar não é conteúdo próprio seu, e sua liberdade é uma liberdade apenas formal." (grifo nosso)

Vamos começar com o trecho que destacamos em negrito na citação. Segundo Hegel, liberdade significa "estar junto de si mesmo no seu Outro". Mas o que significa isso? O ser humano não pode exercer sua liberdade preso em si mesmo. Enquanto ser livre, o ser humano precisa exercer sua liberdade no mundo exterior, "no seu outro", isto é, na natureza. Contudo, ao fazer isso, ele precisa permanecer "junto de si mesmo". O que significa isso? Significa permanecer fiel a sua própria humanidade, a sua racionalidade. Em termos concretos, o ser humano precisa satisfazer suas carências naturais de modo racional. Como fazer isso? Trata-se de uma questão de princípios. A satisfação das necessidades naturais deve estar em função da racionalidade humana e não o contrário.

Como isso se dá na prática? O exercício da racionalidade humano pressupõe um corpo. Sem corpo não há cérebro, sem cérebro não há mente, sem mente não há racionalidade. Partindo dessas circunstâncias, o ser humano estará no pleno exercício de sua liberdade se a satisfação de suas necessidades naturais, das quais dependem a sobrevivência de seu corpo, forem buscadas em função da preservação de sua racionalidade. Esse é o imperativo hegeliano, que difere do kantiano por não ser categórico, mas sim dialético¹⁰. Em outras palavras, quando o ser humano vive em função da satisfação de carências naturais, ele não é livre. Por outro lado, quando ele mobiliza seus instintos, desejos, paixões e inclinação ao serviço da preservação de sua racionalidade, ele é livre.

Da forma como acabamos de expor, a diferença entre a atitude livre e a não livre pode parecer sutil, mas tem na verdade consequências drásticas para o comportamento humano, não apenas individualmente, mas também, e principalmente, para o convívio do ser humano em sociedade. Em um grupo de seres humanos, quando as atitudes não livres imperam, cada um se interessa principalmente pela satisfação das próprias necessidades naturais. Como vimos, especialmente em um cenário de bens materiais escassos — que no mundo natural, mais cedo ou mais tarde, acaba ocorrendo —, as ações não livres estimulam o individualismo, a hostilidade e a luta de todos contra todos.

Em contrapartida, caso as atitudes livres se sobressaiam, a motivação maior será a preservação da racionalidade. Em um grupo social, quando tal motivação é compartilhada, temos um cenário de estímulo à união, à coletividade e ao companheirismo. Essa é a base de toda a civilização humana. Dito de forma resumida, enquanto o domínio das carências naturais desagrega, o domínio da racionalidade agrega.

Diante disso, na busca pelo desenvolvimento da liberdade humana, o problema não são as necessidades naturais em si, mas a forma irracional de satisfazê-las. Ao racionalizar a satisfação de suas carências, o ser humano transforma o conteúdo selvagem da natureza em uma

parte civilizada do mundo humano. Assim, ao ser racionalizada, a natureza deixa de ser o outro do ser humano, algo estranho e exterior a ele, sendo incorporada, tornando-se parte da própria essência humana, é o que Hegel (2010, p. 56, § 4) chamou de “segunda natureza”. Ainda nas palavras de Hegel (2010, p. 56, § 4):

“Somente nessa liberdade a vontade está pura e simplesmente junto de si, por que ela não se relaciona com nada que não seja ela mesma, com a qual, assim, desaparece toda a relação de dependência de qualquer outro.” (grifo nosso)

Esse movimento de racionalização da natureza humana ocorre a partir de determinadas práticas concretas. Para citar alguns exemplos, o ser humano racionaliza a natureza quando satisfaz suas necessidades naturais, incluindo seus instintos, desejos, paixões e inclinações, não pela luta brutal de todos contra todos, mas por meio de um sistema de carências, formado dentro da sociedade civil e sustentado por práticas como a divisão do trabalho e um sistema jurídico de direitos e deveres. Além disso, historicamente, as paixões e o impulso sexual foram racionalizados pela instituição do casamento e da família; o ímpeto de acumular riquezas foi harmonizado dentro de um sistema econômico e político, e o desejo que o indivíduo tem de conquistar poder e influência foi racionalizado, dentre outras formas, pela carreira política da administração pública do estado. (TELES, 2016, p. 29).

No entanto, para atingir esse nível de racionalização da natureza, o ser humano precisa de um longo e trabalhoso processo de educação. Como adiantamos anteriormente, o ser humano não nasce pronto. E ao afirmarmos isso, não estamos nos referindo apenas ao tempo de vida do ser humano enquanto indivíduo, mas também à própria História da Humanidade. Para Hegel, a educação não está limitada ao nível individual, possuindo na verdade três dimensões: 01. humanidade; 02. povos e 03. indivíduos.

A primeira dimensão, a humanidade, como o próprio nome indica, é a mais ampla, englobando a espécie humana como um todo. Hegel também chama essa

10. De um modo geral, a dialética é comumente conhecida apenas em sentido amplo, que abrange as três etapas do processo dialético. Mas em sentido estrito, a dialética corresponde apenas ao segundo momento. “Lato sensu, a dialética de Hegel envolve três etapas: (1) Um ou mais conceitos ou categorias são considerados fixos, nitidamente definidos e distintos uns dos outros. Esta é a etapa do entendimento. (2) Quando refletimos sobre tais categorias, uma ou mais contradições emergem nelas. Esta é a etapa propriamente dialética, ou da razão dialética ou negativa. (3) O resultado dessa dialética é uma nova categoria, superior, que engloba as categorias anteriores e resolve as contradições nelas envolvidas. Esta é a etapa de especulação ou razão positiva”. (INWOOD, 1997, p. 100)

dimensão de "espírito do mundo" (Weltgeist)¹¹. A humanidade em si, contudo, é apenas um conceito abstrato, que só ganha existência concreta no mundo mediante a segunda dimensão: os povos. Nenhum ser humano existe no mundo como pura humanidade, mas apenas como membro de um determinado povo. Essa segunda dimensão também é chamada por Hegel de "espírito do povo" (Volkgeist) ou "espíritos dos povos", no plural, porque são muitos: desde os povos do extremo oriente e oceânicos, passando pelos povos europeus, euroasiáticos e africanos, até os povos americanos. É o conjunto de todos esses povos que forma o que se entende por Humanidade. Um povo, contudo, só possui existência concreta a partir dos membros que o compõem, ou seja, através da terceira dimensão: os indivíduos. Afinal, um povo é uma organização social e política de indivíduos.

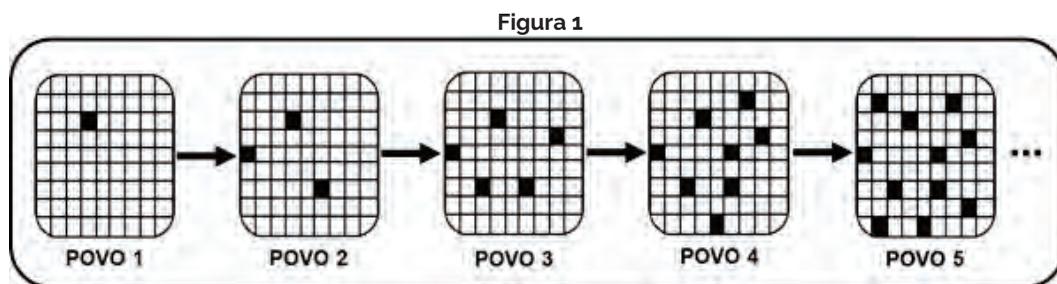
Para alcançar o nível de desenvolvimento que a liberdade humana possui hoje, foram necessários milênios de um processo de educação lento e sofrido, que Hegel compreende como sendo a própria História da Humanidade (COLLINGWOOD, 2001, p. 185-186). Nas palavras de Hegel (2010, § 343, pp. 306 e 307):

A história do espírito é seu ato [...] e seu ato é fazer-se objeto da sua consciência e, aqui, no caso, enquanto espírito, apreender-se se expondo para si mesmo. Esse apreender é seu ser e seu princípio [...]. Aqui intervém a questão da perfectibilidade e da educação da humanidade. Aqueles que afirmaram essa

perfectibilidade pressentiram algo da natureza do espírito, de sua natureza de ter como lei do seu ser o [conhece-te a ti mesmo], e visto que ele apreende o que ele é, o de ser uma figura mais elevada do que a figura que constituía seu ser. (grifo nosso)

Na dimensão da História da civilização humana, a educação é compreendida por Hegel a partir da noção de Bildung, um termo alemão que poderíamos traduzir como formação. Nesse sentido, a educação se realiza como uma autoeducação do espírito humano (DA SILVA, 2013, p. 17), processo em que o aprendizado é adquirido a partir dos próprio equívocos da humanidade. No meio de uma sucessão quase infundável de erros — escravidão, guerras, genocídios etc. — os acertos conquistados pela humanidade, isto é, os avanços civilizatórios, são consolidados através dos povos. Desse modo, juntamente com sua cultura, os povos repassam aos indivíduos as conquistas civilizatórias da humanidade, através de instituições como a família e a escola.

Além disso, à medida que os povos se influenciam culturalmente, eles também repassam os avanços civilizatórios da humanidade. E ainda, como o desenvolvimento da liberdade humana é cumulativo, constante e permanente, os indivíduos morrem, os povos morrem, mas a autoeducação da humanidade continua, sempre¹². É assim que o ser humano desenvolve sua liberdade a partir da autoeducação do espírito (HEGEL, 2014, p. 74).



Interpretação visual do que seria o desenvolvimento histórico da humanidade para Hegel, tal como descrito em sua Filosofia da História. Os pequenos quadrados pretos representam as instituições e os avanços civilizatórios que concretizam a liberdade da humanidade.

12. Entre os estudiosos do pensamento de Hegel, existe um debate sobre se ele defendia ou não a ideia de um fim da História. Em nosso ponto de vista, não é possível crer que Hegel defendia uma ideia literal de fim da história. Isso é incompatível com a noção hegeliana de espírito, cuja essência está ligada a um desenvolvimento constante, tal como expusemos ao longo deste artigo.

Considerando o modo como o ser humano desenvolve sua essência livre por meio da educação, o ensino da filosofia desempenha um papel fundamental nesse processo. Como procuramos demonstrar, todo o processo da educação da humanidade possui uma base profundamente filosófica. Por isso, é necessário que a educação, inclusive o ensino escolar, possuam a dimensão da importância que lhes são exigidos. Nesse cenário, a filosofia não é apenas necessária como uma disciplina, mas também como uma orientação para toda a educação. Diante disso, é papel da filosofia dar sentido ao ensino de todos os outros saberes, coordenando-os na tarefa de desenvolver a racionalidade humana, tornando o ser humano, assim, livre.

3. METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos desta pesquisa tiveram como base uma abordagem teórica qualitativa do objeto de estudo e, quanto aos procedimentos técnicos empregados, foi realizada uma pesquisa bibliográfica das obras referentes à temática em questão. O estudo foi desenvolvido sobretudo por meio da leitura das obras: Filosofia da História (HEGEL, 1995b), Filosofia do Direito (HEGEL, 2010) e Filosofia do Espírito (HEGEL, 1995b).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de nossa exposição, procuramos demonstrar como o pensamento de Hegel considera a educação e o ensino da filosofia fundamentais para o desenvolvimento da humanidade. Defendemos que a liberdade é a essência do ser humano. Logo, nós exercemos nossa humanidade apenas enquanto seres livres.

Destacamos, contudo, que a liberdade do ser humano não é algo pronto e acabado, precisando passar por um longo processo de aperfeiçoamento. Tal aperfeiçoamento ocorre na medida em que a humanidade racionaliza seus aspectos naturais e instintivos, tornando-os meios de concretização para instituições como a família, a sociedade civil e o estado. Esse desenvolvimento necessário, no qual se fundam todos os avanços civilizatórios da humanidade, só é possível por meio da educação.

Nesse contexto, Hegel considera a educação de forma ampla, abarcando não apenas o ensino tradicional professor-aluno, mas também a autoeducação [Bildung], o processo de aprendizagem realizado pelo ser humano, que transcende a educação dos indivíduos. Para Hegel, a autoeducação do ser humano constitui-se na própria História da Humanidade. Na concretização desse processo, o ensino da filosofia tem uma importância decisiva. Sem a filosofia, a educação perde de vista seu verdadeiro propósito: desenvolver a essência livre do ser humano.

5. REFERÊNCIAS

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia**. São Paulo: Moderna, 1996.
- BITTAR, Marisa. **História da educação: da Antiguidade à época contemporânea**. São Carlos: EdUFSCar, 2009.
- CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.
- COLLINGWOOD, R. G. **A Idéia de história**. Tradução Alberto Freire. Lisboa: Editorial Presença, 2001.
- DA SILVA, André Gustavo Ferreira. **Hegel & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- FOUCAULT, M. **Em Defesa da Sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- HEGEL, G. W. F. **Introdução à História da Filosofia**. Tradução de Antônio Pinto de Carvalho. Lisboa: Edições 70, 1989.
- HEGEL, G. W. F. **Propedêutica Filosófica**. Tradução de Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 1989.
- HEGEL, G. W. F. **Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Compêndio – Ciência da Lógica**. Tradução de Paulo Meneses, com a colaboração de Machado. São Paulo: Edições Loyola, 1995a.
- HEGEL, G. W. F. **Enciclopédia das Ciências Filosóficas: a filosofia do espírito**. Tradução de Paulo Menezes, com a colaboração de José Machado. São Paulo: Edições Loyola, 1995b.
- HEGEL, G. W. F. **Filosofia da História**. 2. ed. Tradução de Maria Rodrigues e Hans Harden. Brasília: Editora UnB, 1995c.
- HEGEL, G. W. F. **A Razão na história: uma introdução geral à filosofia da história**. 2. ed. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro Editora, 2004.
- HEGEL, G. W. F. **Linhas Fundamentais da Filosofia do Direito, ou, Direito natural e ciência do estado em compêndio**. Tradução de Paulo Meneses. São Leopoldo: UNISINOS, 2010.
- HEGEL, G. W. F. **A Razão na História**. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2014.
- HEGEL, G. W. F. **Linhas Fundamentais da Filosofia do Direito: direito natural e ciência do Estado no seu traçado fundamental**. Tradução de Marcos Lutz Müller. São Paulo: Editora 34, 2022.
- INWOOD, M. **Dicionário Hegel**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- MARCUSE, H. **Razão e Revolução**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- NOVELLI, Pedro Geraldo. **O conceito de Educação em Hegel**. Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v. 5, p. 65-88. Unesp: Botucatu, 2001.
- PUCKETT, M. B.; DIFFILY, D. **Teaching Young Children: An Introduction to the Early Childhood Profession** (2nd ed.). Clifton Park, NY: Delmar Learning, 2004.
- TELES, Pedro H. Fontenele. **O Estado como Fundamento da História em Hegel**. 2016. Dissertação (Mestrado em Filosofia Política) – Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, 2016.
- VAZ, Henrique C. Lima. **Antropologia Filosófica I**. São Paulo. Edições Loyola, 1991.